



UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO

BEATRIZ DE OLIVEIRA PORTELA

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO
INFANTIL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Orientador Professor: CARLOS FREDERICO B. LOUREIRO

RIO DE JANEIRO – RJ / 2016

BEATRIZ DE OLIVEIRA PORTELA

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO
INFANTIL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

**Monografia apresentada à
Universidade Federal do Rio de Janeiro
para Conclusão do Curso de Pedagogia.**

Orientador (a): CARLOS FREDERICO B. LOUREIRO

RIO DE JANEIRO – RJ / 2016
2016

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a Deus que me impulsiona, me enchendo de Fé e esperança na caminhada que escolhi, não permitindo que desanime com os muitos obstáculos que encontro.

AGRADECIMENTOS

Aos professores, em especial ao meu orientador CARLOS FREDERICO B. LOUREIRO com muita consideração.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CGEA- Coordenação-Geral de Educação Ambiental (Secad/MEC)
CIEA- Comissão Interinstitucional Estadual de Educação Ambiental
COEA- Coordenação-Geral de Educação Ambiental (MEC, 1993-1999)
CONAMA- Conselho Nacional do Meio Ambiente
DEA- Diretoria de Educação Ambiental
DCN- Diretrizes Curriculares Nacionais
DCNEI- Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil
EA- Educação Ambiental
EI- Educação Infantil
INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IBAMA- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
LDB- Lei de Diretrizes e Bases
MEC- Ministério da Educação
MMA- Ministério do Meio Ambiente
PCN- Parâmetros Curriculares Nacionais
PNEA- Política Nacional de Educação Ambiental
PNUMA- Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
ProNEA- Programa Nacional de Educação Ambiental
SISNAMA- Sistema Nacional de Meio Ambiente

EPÍGRAFE

“Cuide bem da Terra.
Ela não foi dada a você por seus
pais, ela foi emprestada a você
pelos seus filhos.”

Provérbio Queniano

RESUMO

Esse trabalho apresentou como objetivo principal analisar a presença da educação ambiental na educação infantil, e discutiu sua importância atual no currículo escolar desse nível de escolaridade. A relevância deste tema assumiu importante função na sociedade, à medida que a educação ambiental possibilita a conscientização das pessoas para suas práticas e pensamentos diários e para sua inserção na vida social e pública, provocando mudanças coletivas e nos hábitos e comportamentos relativos ao modo como se relacionam com o meio ambiente e outros seres vivos nele. A educação ambiental caracteriza-se por ser um processo contínuo, levando o ser humano a compreender as relações entre a sociedade e a natureza, assim como a pensar mecanismos sustentáveis que desafiam a sociedade devastadora da qual fazemos parte. Devido a sua magnitude, torna-se indispensável em todos os níveis do aprendizado, devendo ter o seu início na educação Infantil, considerada a primeira etapa da educação, e de grande importância para o desenvolvimento humano. Para cumprir o objetivo do trabalho monográfico, buscou-se alicerce em legislações ambientais, artigos científicos, pesquisa de campo e experiência pessoal da autora. E ainda foi aplicado um questionário com educadores sobre a importância da inclusão da educação ambiental no currículo de educação infantil. Tanto a pesquisa bibliográfica quanto o estudo de caso evidenciam que é preciso garantir políticas públicas de educação, destacadamente de formação, e inserir no contexto da educação infantil novas questões relativas à problemática ambiental, de modo continuado. Por fim, se identifica que é importante a promoção do envolvimento de todos educadores e alunos no sentido de garantir o cumprimento das finalidades da EA no contexto escolar.

Palavras chave: Educação Ambiental, Educação Infantil, Currículo Escolar, Meio Ambiente, Sustentabilidade.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	09
CAPÍTULO I- Abordagem teórico-metodológica: buscando caminhos para a compreensão da EA no contexto da Educação infantil.....	12
1.1 A Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) e o desafio de concretizá-la nas escolas.....	19
1.2 A Educação Ambiental e os DCNs.....	21
CAPÍTULO II- A Educação Infantil.....	25
2.1 Educação ambiental na Educação Infantil: Direitos da criança.....	27
2.2 A DCNEI e as práticas pedagógicas que compõem a proposta curricular da Educação Infantil.....	27
2.3 Práticas na escola e ação ambiental.....	29
CAPITULO III- Pesquisa de campo.....	31
3.1 Perfil dos entrevistados.....	31
3.2 Visões, opiniões e formação docente em EA.....	32
3.3 Ações práticas da EA na EI.....	34
3.4 Como os professores trabalham Educação Ambiental na Educação Infantil.....	37
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	38
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	40
ANEXOS.....	43

BEATRIZ DE OLIVEIRA PORTELA

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO
INFANTIL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

**Monografia apresentada à
Universidade Federal do Rio de Janeiro
para Conclusão do Curso de Pedagogia.**

Rio de Janeiro, ____ de _____ de
2016.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Carlos Frederico B. Loureiro - UFRJ

Prof. Dr. Reuber Gerbassi Scofano - UFRJ

Prof. Dr. Celso Sánchez Pereira - UNIRIO

Introdução

A presente pesquisa aborda o tema educação ambiental (EA) no currículo escolar, mais concretamente pretende avaliar o assunto em questão e analisar sua prática na educação infantil (EI). Nesta perspectiva este trabalho apresenta o seguinte título: *A importância da Educação Ambiental no currículo da educação infantil: Desafios e Perspectivas*.

Considerando, que na escola o indivíduo se prepara para o coletivo, o meio social e a vida em sociedade, cabe a esta instituição usufruir ao aluno todos os conhecimentos necessários para a sua sobrevivência em um mundo de constantes mudanças sociais e ambientais.

De acordo com o Artigo 2º da Política Nacional de Educação Ambiental, § 2º "A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal".

Admite-se então, que a educação ambiental nas instituições de ensino, deverá se articular com os demais conhecimentos de modo interdisciplinar. No artigo 10º da Política Nacional de Educação Ambiental, § 1º *A educação ambiental não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino*.

Pode-se concluir disso que dessa maneira, a educação ambiental é vista como objeto secundário de ensino? Que por isso sua prática torna-se esporádica ou nula? Não necessariamente, cabendo na escola de várias formas, desde que assegurada nas políticas educacionais.

Corroborando com estas ideias Oliveira e Carvalho (2012) descrevem uma reflexão crítica das políticas federais em educação e em educação ambiental "que ajuda a situar o debate no campo educacional e as "ausências" observadas nessas políticas, que tendem a colocar de modo impreciso". Os autores enfatizam ainda que "as políticas de educação ambiental, por sua vez, são vagas quando falam em formação, apesar de indicarem a relevância da crítica à organização social" (CARVALHO e OLIVEIRA 2012, p.2).

Segundo Guattari (2015), para termos uma resposta concreta à crise ecológica que estamos vivendo, a mesma deverá ocorrer em escala planetária, juntamente com uma revolução política, social e cultural. No entanto, segundo o autor, essa revolução deverá

concernir não só às relações de forças visíveis em grande escala, mas também aos domínios moleculares de sensibilidade, inteligência e desejo. Acredita-se que esta resposta poderá advir em grande escala numa mudança nas reformas das políticas educacionais, a educação ambiental precisa ser abordada pela legislação com mais seriedade e importância. Neste sentido Toledo (2010) diz que “No cerne da questão ambiental está à necessidade de mudança da forma como os seres humanos se relacionam com a natureza” (TOLEDO, 2010. p.13).

Os seres humanos precisam estar cada vez mais cientes dos problemas ambientais, uma vez que, a maioria da população, parece não perceber a gravidade da situação que põe em risco a sobrevivência humana. Ou então, esta parcela da população percebe, mas não coloca isso como questão maior diante de situações mais imediatas e urgentes.

Para ajudar com a reflexão sobre essas questões, foi realizada neste estudo uma pesquisa bibliográfica, enriquecida de algumas respostas dadas por educadores da educação infantil em um questionário e observação de atividades em três escolas diferentes.

O objetivo geral deste trabalho é problematizar a presença da educação ambiental na educação infantil e discutir sua urgência atual no currículo escolar, espera-se que os resultados promovam o crescimento de uma população consciente e preocupada com o meio ambiente e a sustentabilidade.

Os objetivos específicos são:

- Discorrer sobre a importância da educação ambiental para a prática educativa na educação infantil;
- Analisar a necessidade e dificuldade da entrada da educação ambiental no currículo escolar da educação infantil.

Buscando conjugar a educação ambiental com a prática pedagógica que corrobora com o tema já apresentado formulou-se a questão da pesquisa, qual seja: Quais são as possibilidades e limites que permeiam a inserção e valorização do conteúdo educação ambiental nos currículos escolares da educação infantil?

Justifica-se a realização desta pesquisa devido a uma reflexão da autora sobre como seria a influência da educação ambiental no ensino escolar especialmente na educação infantil, relacionada com as necessidades de sobrevivência da sociedade. Fato que a inquietou percebendo a necessidade de realizar uma pesquisa sobre o assunto, acreditando que este tema precisa ser mais desenvolvido.

A pesquisa bibliográfica foi o ponto de partida deste trabalho, que buscou informações e levantamentos de materiais coletados em livros, em resultados de eventos, diretrizes e

normas públicas, nacionais e internacionais, bem como em bancos de dados científicos retirados da internet. Foi realizada revisão de literatura de caráter exploratório sobre o tema proposto, além da observação em escolas, enriquecida de um questionário aplicado com educadores da Educação Infantil.

Deste modo, a discussão deste trabalho, preconiza uma problematização da EA na EI com base em discussões teóricas e no depoimento de professores que atuam na EI.

CAPÍTULO I

Abordagem teórico-metodológica: Buscando caminhos para a compreensão da EA no contexto da Educação infantil

A educação ambiental (EA) é um assunto relativamente novo, pois questões relacionadas ao meio ambiente começaram a ser difundidas por volta da década de sessenta e ganharam força e maior visibilidade na década de setenta com o início de grandes conferências mundiais para discutir o assunto. O lento caminho de valorização das questões ambientais em um planeta cada vez mais escasso de recursos naturais reforça a necessidade de a atual população busque subsídios de preservação e reparação ambiental e caminhos sustentáveis para suas vidas.

A EA pode ser definida como um processo no qual deveria ocorrer um desenvolvimento progressivo de um senso de preocupação com o meio ambiente, baseado num completo e sensível entendimento das relações do homem com o ambiente a sua volta (DIAS, 2016).

Na década de 70 os fundamentos da EA foram mundialmente definidos, destacando-se nesse período a Conferência das Nações Unidas organizada pela ONU que ocorreu na Suécia em 1972, mais conhecida como Conferência de Estocolmo. Essa reunião teve a presença de representantes de 113 países e foi a primeira grande demonstração de preocupação com a rumos da vida humana no planeta (LOUREIRO, 2014).

De acordo com Medina (2007, p.07) “as crescentes discussões nesta época abordavam o problema de contaminação e conservação do meio natural, observando a relação existente entre a pobreza e a degradação do meio ambiente”. A Conferência de Estocolmo renovou e inspirou alertas importantes sobre a educação ambiental, na qual se estabeleceram princípios norteadores para um programa internacional com um planejamento de um seminário internacional sobre o tema, que se realizou em Belgrado, em 1975.

Durante o encontro de Belgrado realizado na Iugoslávia em 1975, promovido pela UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization/ Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) foi elaborada a “Carta de Belgrado”, documento que formulou princípios e orientações para um programa de educação ambiental. A Carta de Belgrado aponta como uma das metas da EA: “Desenvolver um cidadão consciente do ambiente total; preocupado com os problemas associados a esse ambiente, e

que tenha o conhecimento, as atitudes, motivações, envolvimento e habilidades para trabalhar de forma individual as questões daí emergentes".

Em 1977, ocorreu a Primeira Conferência sobre Educação Ambiental, em Tbilisi, Geórgia, sendo considerado o mais importante evento para a evolução da educação ambiental no mundo. A *Conferência de Tbilisi*, como ficou conhecida, contribuiu para precisar a natureza da educação ambiental, definindo seus objetivos, características, recomendações e estratégias pertinentes ao plano nacional e internacional (MEDINA, 2007).

Na referida conferência foram definidos os objetivos e as estratégias pertinentes em nível nacional e internacional e também que a educação ambiental é um elemento essencial para uma educação global orientada para a resolução dos problemas por meio da participação ativa dos educandos na educação formal e não formal, em favor do bem estar da comunidade humana.

Segundo a declaração da Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, esta deve:

Atingir pessoas de todas as idades, todos os níveis e âmbitos, tanto da educação formal quanto da não formal. Os meios de comunicação social têm a grande responsabilidade de colocar seus imensos recursos a serviço dessa missão educativa. Os especialistas em questões ambientais, assim como aqueles cujas ações e decisões podem repercutir de maneira perceptível no ambiente, devem adquirir, no decorrer de sua formação, os conhecimentos e as atitudes necessários e perceber plenamente o sentido de suas responsabilidades a esse respeito. (DIAS, 2014. p. 67)

O Parecer 819/85 de 1985 do MEC reforçou a necessidade da inclusão de conteúdos ecológicos ao longo do processo de formação do ensino de 1º e 2º graus, integrados a todas as áreas do conhecimento de forma sistematizada e progressiva, possibilitando a “formação da consciência ecológica do futuro cidadão” (BRASIL, 1985, p.4).

No contexto internacional no ano de 1987, foi realizado em Moscou na Rússia, o *Congresso Internacional sobre a Educação e Formação Relativas ao Meio Ambiente*, promovido pela UNESCO, apresentando a estratégia internacional de ação em matéria de educação e formação ambiental para a década de 90.

Em 1988, a Constituição da República Federativa do Brasil dedicou o Capítulo VI ao Meio Ambiente, e no Art. 225, Inciso VI, determina ao “Poder Público, promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino”. No capítulo dedicado ao meio ambiente, estabelece no artigo 225 o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso

comum ao povo, essencial à sadia qualidade devida, impondo-se ao poder público e a coletividade o dever de defendê-lo para as presentes e futuras gerações (DIAS, 1998).

Em 1996, foram lançados pelo Ministério da Educação os “Parâmetros Curriculares”, propondo que a Educação Ambiental seja discutida no currículo da educação formal. (BRASIL, 1996).

A Lei Federal de número 9.795, de 1997, instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental no Brasil. De acordo com a referida Lei, a educação ambiental deve ser um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal (BRASIL, 1997). Em seu primeiro artigo conceitua a educação ambiental como:

Os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (PNEA, lei nº 9795/99).

A educação ambiental deve ser encarada como um componente essencial e permanente da educação nacional, tanto no ensino formal quanto no não formal, devendo abranger todos os níveis e modalidades de ensino, englobando, assim, a educação infantil, o ensino fundamental, o ensino médio, a educação superior, a educação especial, a educação profissional e a educação de jovens e adultos (PNEA, lei nº 9795/99).

A Lei do estado do Rio de Janeiro de Educação Ambiental, Lei 3325 de 1999, estabelece em seu Artigo 9º a obrigatoriedade da educação ambiental na educação básica, incluindo a educação infantil. Salienta-se que o objetivo das ações educativas voltadas a EA tem como foco principal a formação de cidadãos aptos a tomar decisões e promover processos coletivos que visem à melhoria da sociedade, sendo assim, ajuda na formação integral do ser humano contemplando suas múltiplas dimensões.

A prática e atividades variadas de educação ambiental no âmbito escolar pode ser feita pelo educador ambiental que não necessariamente precisa ser um professor ou biólogo e sim qualquer indivíduo que tenha seu trabalho voltado ao tema, inclusive, o próprio professor da turma.

Na década de 2000, o Censo Escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) monitorou a presença da educação ambiental nas escolas no Brasil. De acordo com o INEP, em 2003, 61,2% das escolas declararam trabalhar com Educação Ambiental. Em 2004 este percentual subiu para 94%. As escolas afirmam que

inserir a temática no currículo, em projetos, ou como disciplina específica, evidenciando suas múltiplas possibilidades, que envolve desde a criação de disciplinas a projetos integrados, como caminhos não excludentes.

De acordo com Berna (2014, p.18):

O ensino sobre o meio ambiente deve contribuir principalmente para o exercício da cidadania, estimulando a ação transformadora além de buscar aprofundar os conhecimentos sobre as questões ambientais de melhores tecnologias, estimular a mudança de comportamento e a construção de novos valores éticos menos antropocêntricos (BERNA, 2014, p.18).

O Rio de Janeiro foi sede de duas grandes conferências importantes para a área ambiental. A primeira, conhecida como ECO- 92 ou Cúpula da Terra, aconteceu com mais de cem chefes de estados e milhares de pessoas de todo o mundo para discutir o desenvolvimento sustentável baseado em um consumo adequado ao equilíbrio ecológico. Em paralelo a esta, ocorreu a 1ª *Jornada Internacional de Educação Ambiental*, com a intenção de debater a missão da EA, resultando no *Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global*, documento que veio a se tornar a carta de princípios da rede de EA no Brasil subsidiando, por exemplo, o Programa Nacional de Educação Ambiental (PNEA).

Consideramos que a educação ambiental para uma sustentabilidade equitativa é um processo de aprendizagem permanente, baseado no respeito a todas as formas de vida. Tal educação afirma valores e ações que contribuem para a transformação humana e social e para a preservação ecológica. Ela estimula a formação de sociedades socialmente justas e ecologicamente equilibradas, que conservam entre si relação de interdependência e diversidade. Isto requer responsabilidade individual e coletiva em nível local, nacional e planetário (TRATADO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS E RESPONSABILIDADE GLOBAL).

Em 2012 aconteceu o segundo grande evento para avaliar a situação atual, rediscutir as questões ambientais e renovar o compromisso político de governos e empresas com o desenvolvimento sustentável. O evento foi denominado de Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a RIO+20, que recebeu esse nome por ter sido realizada 20 anos depois da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (RIO-92). A ênfase do evento esteve nas propostas de economia verde como aprimoramento

do modelo econômico. Ou seja, “Uma economia que resulta em melhoria do bem-estar da humanidade e igualdade social, ao mesmo tempo em que reduz, significativamente, riscos ambientais e escassez ecológica” (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA).

Nessa época, vários movimentos sociais questionaram essa ênfase por ser um mecanismo de fomento de mercado, e exigiram medidas de interesse popular, justiça social e ambiental, além da participação social em governos e mercados buscando uma produção limpa, mais justa, e o consumo verde aliado a uma gestão pública do uso da natureza. (LOUREIRO, 2014).

Outro acontecimento importante a ser destacado foi a realização da 21ª Conferência do Clima (COP 21) realizada em dezembro de 2015, em Paris, que teve como principal objetivo costurar um novo acordo entre os países para diminuir a emissão de gases de efeito estufa, diminuindo o aquecimento global e em consequência limitar o aumento da temperatura global em 2°C até 2100.



Na referida Conferência ficou decidido o seguinte:

O ponto central do chamado Acordo de Paris, que valerá a partir de 2020, é a obrigação de participação de todas as nações - e não apenas países ricos - no combate às mudanças climáticas. Ao todo, 195 países membros da Convenção do Clima da ONU e a União Europeia ratificaram o documento.

O objetivo de longo prazo do acordo é manter o aquecimento global "muito abaixo de 2°C". Esse é o ponto a partir do qual cientistas afirmam que o planeta estaria condenado a um futuro sem volta de efeitos devastadores, como elevação do nível do mar, eventos climáticos extremos (como secas, tempestades e enchentes) e falta de água e alimentos (http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/12/151212_acordo_paris_tg_rb. Acesso em 21 de março de 2016).

No contexto atual, o que se percebe é uma maior preocupação por parte a sociedade sobre a questão ambiental, evidenciando variados interesses, com algumas ações de mudança

de atitude, e principalmente criação de Leis, normas e documentos de referência nacionais e internacionais.

Por séculos os seres humanos mantiveram uma postura egocêntrica em relação ao meio ambiente, não percebendo que também fazem parte dele, o modificam de acordo com as necessidades contemporâneas e esquecem que a dependência da natureza aumenta, ao mesmo tempo em que a busca por avanços tecnológicos é muito maior do que a procura por possíveis “reparos” ambientais.

Segundo Guimarães, (1995, B1 4.p.1) é preciso que o educador ao trabalhar como tema ambiental na escola, integre a relação do ser humano com o meio ambiente.

Em Educação Ambiental é preciso que o educador trabalhe intensamente a integração entre o ser humano e o ambiente e se conscientize de que o ser humano é natureza e não apenas parte dela. Ao assimilar esta visão (holística), a noção do ser humano sobre o meio ambiente perde o seu valor, já que estando integrado em uma unidade (ser humano/natureza) inexiste a dominação de alguma coisa sobre a outra, pois já não há mais separação (GUIMARÃES, (1995, B1 4.p.1).

A escola dentro da educação ambiental deve permitir que o aluno preze pela busca de subsídios que prezem a natureza, para que o tema meio ambiente e sustentabilidade perpassem as diversas fronteiras e torne-se uma compreensão real e crítica da situação atual do Planeta numa visão histórica e contextualizada.

Um projeto em EA deve trazer uma perspectiva de transformação da realidade a partir de um olhar problematizado, crítico e contextual buscando soluções possíveis dentro das possibilidades e limites de cada organização. Durante essas discussões, a relação entre os envolvidos deve ser dialógica, abordando assuntos como ecologia política, relações de poder, problemas socioambientais e as atuais desigualdades sociais.

O enfoque na importância do coletivo na resolução dos problemas, e em construção de sentidos, mas com distância das práticas educativas ingênuas ou até mesmo reprodutoras do sistema dominante, tornam possível a formação de um cidadão politizado, questionador e integrado aos interesses socioambientais, políticos e econômicos do lugar que pertence ou até mesmo lugares mais distantes.



Fonte: Disponível em <https://eacritica.wordpress.com/2012/02/23/educacao-ambiental-critica-o-contraponto-necessario-a-hegemonia-da-educacao-ambiental-conservadora/>. Acesso em 01 de março de 2015.

Na ilustração acima, que representa sarcasticamente a EA baseada no senso comum, ou seja, de cada um fazendo a sua parte sem entender a complexidade de todo o sistema capitalista que nos levou a chegar a essa situação, que acredita na separação do lixo e na reciclagem como atitudes consistentes no combate aos problemas ambientais e desconhecem o fato de que muitas vezes reciclar gera mais consumo, já que minimiza o peso na consciência e estimula a continuação do consumo desenfreado.

Outro aspecto bastante desconhecido é que o impacto ambiental é maior na produção do produto e não em sua embalagem. Sendo assim, é necessário conhecimento para uma ação transformadora.

Os projetos de EA devem ser vinculados à estimulação do pensamento crítico e reflexivo dos conteúdos abordados tanto quanto dos professores quanto dos alunos (relação dialógica) com práticas educativas alcançáveis, pertinentes, lúdicas e criativas, ou seja, diferentes formas de trabalhar o tema com várias possibilidades de metodologia.

Atualmente com a falta de educadores ambientais em todos os níveis escolares, cabe ao pedagogo inserir o conteúdo em sua prática de modo interdisciplinar em articulação com os demais conhecimentos e inserido na prática cotidiana dos alunos criando assim bons

hábitos ambientais com o intuito de criar uma consciência ambiental nos seus atos e pensamentos diários e motivação para atuar na vida pública como cidadão.

1.1 A Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) e o desafio de concretizá-la nas escolas

A Política Nacional de Educação Ambiental definida por meio da Lei nº 6.983/81 situa a educação ambiental como um dos princípios que garantem “a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar no país condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana”. Estabelece, ainda, que a educação ambiental deve ser oferecida em todos os níveis de ensino e em programas específicos direcionados para a comunidade. Visa, assim, à preparação de todo cidadão para uma participação na defesa do meio ambiente.

Os princípios básicos desta lei são a concepção do ambiente em sua totalidade, o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural, a continuidade e avaliação crítica do processo educativo, a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais e a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais.

A Lei nº 9.795 de abril de 1999 rege em seu Art. 3.º que como parte do processo educativo mais amplo, todos têm direito à educação ambiental, incumbindo:

II - às instituições educativas, que devem promover a educação ambiental de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolvem;

VI - à sociedade como um todo, deve manter atenção permanente à formação de valores, atitudes e habilidades que propiciem a atuação individual e coletiva voltada para a prevenção, a identificação e a solução de problemas ambientais.

Pode-se afirmar que a lei nº 9.795 defende a EA em todos os ambientes educacionais formais ou não como um direito ao conhecimento específico de forma que instrua a todos a melhor forma de conviver com a natureza.

Na prática, implantar a EA nas escolas não tem se mostrado uma tarefa fácil, por parte dos educadores com opiniões divergentes, falhas na legislação e profissionais sem treinamento. Conforme explica Andrade (2014, p.4).

Fatores como o tamanho da escola, número de alunos e de professores, predisposição destes professores em passar por um processo de treinamento, vontade da diretoria de realmente implementar um projeto ambiental que vá alterar a rotina na escola, etc., além de fatores resultantes da integração dos acima citados e ainda outros, podem servir como obstáculos à implementação da Educação Ambiental.

Oliveira (2014) aponta três dificuldades que precisam ser superadas no processo da efetiva implementação da educação ambiental no âmbito escolar. A primeira dificuldade é a busca de alternativas metodológicas que façam convergir o enfoque disciplinar para interdisciplinar.

A segunda é a barreira rígida da estrutura curricular em termos de grade horária, conteúdos mínimos, avaliação, dentre outros. E por último a sensibilização do corpo docente para a mudança de uma prática estabelecida, frente às dificuldades de novos desafios e reformulações que exigem trabalho e criatividade.

Bizerril e Faria (2011, p. 61) relatam o depoimento de uma professora do Distrito Federal que demonstra muito bem a dificuldade de se implantar educação ambiental nas escolas:

A gente vê muita resistência. Matérias academicamente mais importantes têm sempre um espaço muito limitado para tentar ter uma discussão coletiva na escola. Sinto um certo bloqueio para me inserir no contexto escolar, com esta hierarquia. Eu acho que os professores não estão preparados para a interdisciplinaridade, estão muito fechados. (BIZERRIL & FARIA, 2011, P. 61).

Os autores ressaltam que um dos motivos para esse despreparo, de acordo com os professores, é que a universidade não os preparou para a interdisciplinaridade, erro que ainda hoje persiste nos cursos de licenciatura (BIZERRIL & FARIA, 2011, p.61). “Assim, seria ingênuo acreditar que palavras de sensibilização individual descoladas de um esforço coletivo de

mudança sejam suficientes para alterar o panorama existente” (LOUREIRO, C. F. 2014. p.14).

1.2 A Educação Ambiental e os DCNs

As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) são normas obrigatórias direcionadas para a educação básica que visam, entre outros objetivos, orientar no planejamento curricular e definir os conteúdos mínimos.

A EA, conforme situa os DCNs, representa o compromisso do Brasil com as questões socioambientais, entendendo-a como:

Educação Ambiental envolve o entendimento de uma educação cidadã, responsável, crítica, participativa, em que cada sujeito aprende com conhecimentos científicos e com o reconhecimento dos saberes tradicionais, possibilitando a tomada de decisões transformadoras, a partir do meio ambiente natural ou construído no qual as pessoas se integram. A Educação Ambiental avança na construção de uma cidadania responsável voltada para culturas de sustentabilidade socioambiental. (DCNs da Educação Básica)

Pode-se compreender então, que nos DCNs é proposto um ensino que possibilite a formação de cidadãos capazes de criticar e alterar a sua realidade, mesmo que o tema não tenha ligação com habilidades valorizadas no mercado de trabalho, como por exemplo, a preservação do meio ambiente.

Os outros objetivos, conforme o parecer são:

a) sistematizar os preceitos definidos na Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, bem como os avanços que ocorreram na área para que contribuam para assegurar a formação humana de sujeitos concretos que vivem em determinado meio ambiente, contexto histórico e sociocultural, com suas condições físicas, emocionais, culturais, intelectuais;

b) estimular a reflexão crítica e propositiva da inserção da educação ambiental na formulação, execução e avaliação dos projetos institucionais e pedagógicos das instituições de ensino, para que a concepção de educação ambiental como integrante do currículo supere a mera distribuição do tema pelos demais componentes;

c) orientar os cursos de formação de docentes para a Educação Básica;

d) orientar os sistemas educativos dos diferentes entes federados e as instituições de ensino que os integram, indistintamente da rede a que pertençam.

Ou seja, a EA na escola deve respeitar a realidade sociocultural em que está inserida, utilizar métodos de ensino e abordagem que proporcionem ao aluno uma reflexão crítica e uma orientação nos cursos voltados a formação dos docentes para que estes trabalhem melhor com o tema, assim como as instituições de ensino.

Além da legislação, do incentivo de políticas públicas na área ambiental e educacional, a própria força da realidade, com a emergência das questões relativas ao meio ambiente, nas esferas local, nacional e internacional, vem encarregando-se de tornar a educação ambiental presente nos currículos escolares, mesmo que não formalmente incluída neles, em razão da necessidade de compreensão e de respostas aos desafios ambientais contemporâneos. (DCNs da Educação Básica).

Ou seja, a própria escola em seu dia a dia necessita de medidas ecologicamente corretas para lidar com os problemas ambientais. A separação do lixo é a medida mais comum nas escolas, até mesmo por conta da grande quantidade de embalagens utilizadas nos produtos direcionados ao público infantil.

Em 15 de junho de 2012, durante a conferência que ficou conhecida como Rio + 20, foi assinado o documento que estabelecia as DCNs para a Educação Ambiental, visto que “As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica em todas as suas etapas e modalidades reconhecem a relevância e a obrigatoriedade da Educação Ambiental”; a criação dessas DCNs promoveu não só o reconhecimento da importância da EA, mas também estabeleceu orientações e parâmetros específicos para essa área.

O reconhecimento do papel transformador e emancipatório da Educação Ambiental torna-se cada vez mais visível diante do atual contexto nacional e mundial em que a preocupação com as mudanças climáticas, a degradação da natureza, a redução da biodiversidade, os riscos socioambientais locais e globais, as necessidades planetárias evidencia-se na prática social. (Resolução nº 2 de 15 de junho de 2012)

Nessa resolução, os objetivos estabelecidos para a EA foram:

I - desenvolver a compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações para fomentar novas práticas sociais e de produção e consumo;

II - garantir a democratização e o acesso às informações referentes à área socioambiental;

III - estimular a mobilização social e política e o fortalecimento da consciência crítica sobre a dimensão socioambiental;

IV - incentivar a participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;

V - estimular a cooperação entre as diversas regiões do País, em diferentes formas de arranjos territoriais, visando à construção de uma sociedade ambientalmente justa e sustentável;

VI - fomentar e fortalecer a integração entre ciência e tecnologia, visando à sustentabilidade socioambiental;

VII - fortalecer a cidadania, a autodeterminação dos povos e a solidariedade, a igualdade e o respeito aos direitos humanos, valendo-se de estratégias democráticas e da interação entre as culturas, como fundamentos para o futuro da humanidade;

VIII - promover o cuidado com a comunidade de vida, a integridade dos ecossistemas, a justiça econômica, a equidade social, étnica, racial e de gênero, e o diálogo para a convivência e a paz;

IX - promover os conhecimentos dos diversos grupos sociais formativos do País que utilizam e preservam a biodiversidade. Art. 14.

Estabelece ainda para as instituições de ensino a:

I - abordagem curricular que enfatize a natureza como fonte de vida e relacione a dimensão ambiental à justiça social, aos direitos humanos, à saúde, ao trabalho, ao consumo, à pluralidade étnica, racial, de gênero, de diversidade sexual, e à superação do racismo e de todas as formas de discriminação e injustiça social;

II - abordagem curricular integrada e transversal, contínua e permanente em todas as áreas de conhecimento, componentes curriculares e atividades escolares e acadêmicas;

III - aprofundamento do pensamento crítico-reflexivo mediante estudos científicos, socioeconômicos, políticos e históricos a partir da dimensão socioambiental, valorizando a participação, a cooperação, o senso de justiça e a responsabilidade da comunidade

educacional em contraposição às relações de dominação e exploração presentes na realidade atual;

IV - incentivo à pesquisa e à apropriação de instrumentos pedagógicos e metodológicos que aprimorem a prática discente e docente e a cidadania ambiental;

V - estímulo à constituição de instituições de ensino como espaços educadores sustentáveis, integrando proposta curricular, gestão democrática, edificações, tornando-as referências de sustentabilidade socioambiental.

Todos esses referenciais comprovam o caráter transformador da EA que engloba desde o meio ambiente até a sustentabilidade socioambiental, valorizando o respeito à pluralidade e as diferenças sociais, étnicas, culturais, entre outras, promovendo assim, o cuidado com as diversas formas de vida.

CAPÍTULO II

A Educação Infantil

No Brasil, com a urbanização e a industrialização, intensificadas no início do séc. XX, as mães trabalhadoras iniciaram os movimentos por creches para transferir os cuidados maternos a essas instituições que a princípio, tinham apenas um caráter assistencialista e higienista, além de guardar os filhos dessas mães operárias (KUHLMANN, 2014).

Para Kuhlmann (2014. p.82) a creche para crianças de 0 a 3 anos de idade foi mais do que um aperfeiçoamento das Casas dos Expostos, que recebiam as crianças abandonadas, "foi apresentada em substituição ou oposição a esta, para que as mães não abandonassem suas crianças". Essas creches, cujo oferecimento partiu de iniciativas privadas, passou a ser assegurada como dever do Estado com a Constituição Federal de 1988, tornando-se um direito de todas as crianças, como complementação aos cuidados, caso a família faça a opção pelo serviço.

A partir da LDB (1996) a Educação Infantil foi colocada como a primeira etapa da Educação Básica. De acordo com novas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEIs) de 2009, a definição de Educação Infantil ressalta o seu caráter institucional e educacional. O caráter educacional é reafirmado ao definir que se trata de um atendimento feito no período diurno (o que descarta a denominação de creche ou pré-escolas para outros tipos de atendimentos dos quais as famílias também necessitem), o que é também reforçado quando assegura que os estabelecimentos que oferecem creches e pré-escolas são regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino (BRASIL, 2010).

É dever do Estado garantir a oferta de Educação Infantil pública, gratuita e de qualidade, sem requisito de seleção. De acordo como Parecer CNE/CEB nº 20/2009, homologado por Despacho do Senhor Ministro de Estado da Educação, publicado no DOU de 9 de dezembro de 2009 (BRASIL, 2010, p.1).

§ 2º É obrigatória a matrícula na Educação Infantil de crianças que completam 4 ou 5 anos até o dia 31 de março do ano em que ocorrer a matrícula.

§ 3º As crianças que completam 6 anos após o dia 31 de março devem ser matriculadas na Educação Infantil.

§ 5º As vagas em creches e pré-escolas devem ser oferecidas próximas às residências das crianças. § 6º É considerada Educação Infantil em tempo parcial, a jornada de, no mínimo,

quatro horas diárias e, em tempo integral, a jornada com duração igual ou superior a sete horas diárias, compreendendo o tempo total que a criança permanece na instituição. Art. 6º As propostas pedagógicas de Educação Infantil devem respeitar os seguintes princípios: I – Éticos: da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades. II – Políticos: dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática. III – Estéticos: da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais (BRASIL, 2010, p.1-2).

Segundo o Parecer CNE/CEB nº 20/2009, Art. 1º:

A presente Resolução institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil a serem observadas na organização de propostas pedagógicas na Educação Infantil. Art. 2º As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil articulam-se com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e reúnem princípios, fundamentos e procedimentos definidos pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, para orientar as políticas públicas na área e a elaboração, planejamento, execução e avaliação de propostas pedagógicas e curriculares (BRASIL, 2010, p.1).

Guimarães (2012) expõe uma questão instigante para a Educação Infantil no contexto atual: a relação entre as práticas pedagógicas e as manifestações das crianças.

Podemos afirmar que práticas delineadas somente a partir das definições dos adultos, estabelecendo temas, atividades e rotinas à priori correm o risco de assumir um caráter estéril, ou mesmo impositivo, com ênfase na transmissão, num plano unilateral, ou seja, dos adultos-professores-educadores para as crianças. Nesse tipo de prática está implícita uma ideia de criança incompleta, em falta, cujo desenvolvimento depende das ações dos adultos sobre ela. Trata-se de uma criança assujeitada. Por outro lado, se consideramos as manifestações infantis na estruturação de nossos fazeres, o cotidiano define-se de modo vivo, construído pelos adultos com as crianças, num plano dialógico. Neste cenário, considera-se a criança como sujeito social, com ideias e movimentos que contribuem na organização da vida coletiva, protagonista de relacionamentos de troca com adultos e outras crianças,. A construção deste plano no dia a dia é um dos desafios mais importantes da Educação Infantil hoje (GUIMARÃES, 2012, p.3).

Desta forma, ressalta Guimarães (2012), entrelaçam-se algumas questões importantes como a consideração da alteridade da infância, a dimensão dialógica das interações de adultos e crianças no cotidiano e a perspectiva da criança como produtora de cultura. Assim, o momento atual é extremamente favorável para um processo de transformação destas questões, já que a própria Constituição Brasileira (1988) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2010).

2.1 Educação ambiental na Educação Infantil: Direitos da criança

O Parecer CNE/CEB nº 20/2009, consideram que a função sociopolítica e pedagógica das unidades de Educação Infantil inclui (BRASIL, 2010, p.2):

- a. Oferecer condições e recursos para que as crianças usufruam seus direitos civis, humanos e sociais.
- b. Assumir a responsabilidade de compartilhar e complementar a educação e cuidado das crianças com as famílias.
- c. Possibilitar tanto a convivência entre crianças e entre adultos e crianças quanto à ampliação de saberes e conhecimentos de diferentes naturezas.
- d. Promover a igualdade de oportunidades educacionais entre as crianças de diferentes classes sociais no que se refere ao acesso a bens culturais e às possibilidades de vivência da infância;
- e. Construir novas formas de sociabilidade e de subjetividade comprometidas com a ludicidade, a democracia, a sustentabilidade do planeta e com o rompimento das relações de dominação etária, socioeconômico, étnico-racial, de gênero, regional, linguística e religiosa.

2.2 A DCNEI e as práticas pedagógicas que compõem a proposta curricular da Educação Infantil

A DCNEI no seu Art. 9º dita que “as práticas pedagógicas que compõem a proposta curricular da Educação Infantil devem ter como eixos norteadores as interações e a brincadeira, garantindo experiências que”:

VIII -incentivem a curiosidade, a exploração, o encantamento, o questionamento, a indagação e o conhecimento das crianças em relação ao mundo físico e social, ao tempo e à natureza;

X -promovam a interação, o cuidado, a preservação e o conhecimento da biodiversidade e da sustentabilidade da vida na Terra, assim como o não desperdício dos recursos naturais (BRASIL, 2010, p.3).

Neste sentido, Vygotsky (2007) diz que as interações são fundamentais para o desenvolvimento da criança. Para o autor a relação da criança com o mundo é refratada por meio da relação com outra pessoa (VYGOTSKY, 2007 p.285).

A criança, ao se relacionar com o mundo exterior, relaciona-se com a natureza e com outros homens, sendo capaz de produzir “cultura, valores, ser, pensar, perceber, interagindo com outros seres humanos, que constituem o patrimônio cultural construído pela humanidade ao longo de sua história” (IBAMA, 1995, p. 15).

A partir das relações humanas, ou seja, somente através de nossas relações com outros seres humanos, somos capazes de recriar os modelos e sistemas característicos de nossa sociedade, assim como desenvolver as habilidades referentes à nossa espécie.

No entanto, como mencionado por Tiriba (2010), os seres humanos coabitam nosso planeta com outros seres vivos, e se relacionam de forma intrínseca, de forma a capacitar a manutenção da vida.

Desta forma, o homem deve ser visto como parte da natureza. Portanto, segundo a autora, as crianças são, ao mesmo tempo, seres da natureza e seres da cultura (TIRIBA, 2010).

Para Vygotsky (2007) o espaço no qual a criança está inserida proporciona condições fundamentais para que a mesma se constitua como sujeito lúcido e consciente, sendo capaz de alterar as circunstâncias nas quais vive.

Este sujeito consciente precisa estar em consonância com a Lei N° 9.795 da Educação Ambiental, que em seu Art. 1º afirma que a Educação Ambiental deve ser entendida como os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do Meio Ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 2009).

Neste sentido, devemos seguir a recomendação de Capra (2006, p.147) ao afirmar que “como grande parte da educação em geral, não consegue, muitas vezes, reconhecer o papel crucial das emoções no processo de aprendizagem, as atividades que tanto informam a mente quanto envolvem o coração provaram-se uma combinação poderosa e eficaz” (CAPRA, 2006, p.147).

Desta forma, a criança que vivencia em seu cotidiano práticas que valorizam as emoções, as sensações físicas, os afetos, a criatividade, a tolerância, a cooperação, são

capazes de ir à contramão do antropocentrismo, em busca do reconhecimento da diversidade e do equilíbrio global.

Segundo Tiriba (2002) a educação para sociedades sustentáveis, tem como referência fundamental o ato de cuidar, à medida que orienta o trabalho relacionado às três ecologias definidas por Guattari permitindo avaliarmos a qualidade das atividades relacionadas ao ser (ecologia pessoal), a qualidade das interações coletivas (ecologia social), e a qualidade das relações com a natureza (ecologia ambiental).

Deste modo, percebe-se que um dos maiores desafios da atualidade é transformar o ambiente escolar caracterizado pelo “engessamento” de conteúdos e práticas arcaicas, em um local para se viver intensamente de forma satisfatória, proporcionando qualidade de vida e cuidado.

2.3 Práticas na escola e ação ambiental

A presente pesquisa originou-se do interesse pessoal da autora no tema. Em suas experiências como estagiária em duas escolas particulares e cinco escolas públicas observou a falta de interesse e valorização do tema como algo alarmante. Afastando um pouco seu olhar, observou ainda que essa dificuldade se estendia a sua própria faculdade, aonde não viu nenhum estímulo a esse tipo de abordagem. A disciplina Educação Ambiental, por exemplo, é optativa, ou seja, apenas o fazem os alunos interessados no tema e que muitas vezes a escolhem não por interesse, mas por benefício do horário em que é dada, ou seja, para preencher as horas exigidas no currículo; Em consequência disso, muitos pedagogos estão habilitados a educar sem ter o menor conhecimento prévio de EA.

Durante a escrita desse trabalho a autora se questionou diversas vezes se não estaria sendo sonhadora ou romântica demais, afinal todo professor começa sua carreira de maneira muito otimista, mas ao encontrar diversas barreiras em seu caminho vai desanimando e perdendo a motivação ao longo da carreira. Os problemas começam com a desvalorização profissional e se estendem à escola que cada vez mais tem se parecido com uma empresa preocupada com os lucros, mas essa já é outra questão.

Em seu contato com os alunos, a autora identificou alunos que traziam pequenos hábitos ecológicos adquiridos de suas famílias e não advindos do

ambiente escolar, como por exemplo, uma aluna nova na escola á utilizar o banheiro pela primeira vez. Abre um pequeno feixe de água para lavar as suas mãos. A professora em seguida abre um pouco mais para que ela possa lavar “melhor” as suas mãos, a aluna de apenas dois anos então, diminui a água novamente e diz: “Não precisa de muito, só um pouquinho”.

São situações como essa que comprovam que a criança desde pequena pode ter hábitos e rotinas enraizados em relação ao tema. Esses conhecimentos podem ser adquiridos na escola ou no ambiente familiar, no caso da EA, como defende esse trabalho deveria ter caráter obrigatório no espaço escolar por ser um assunto que envolve o espaço físico, a forma que vivemos e principalmente o futuro dessa geração e das próximas.

CAPÍTULO III

Pesquisa de campo

Frente aos obstáculos já abordados foi realizada uma investigação sobre como está sendo tratada a EA nas escolas, onde foram entrevistados educadores, que fizeram questionamentos e deram sugestões sobre as principais dificuldades encontradas para se implantar o tema Educação Ambiental em sala de aula.

Realizou-se um diálogo com cinco professoras de três escolas da cidade do Rio de Janeiro. Os professores entrevistados não serão identificados e os dados foram apurados de forma manual.

Utilizou-se um questionário, (Anexo) aplicado a essas cinco professoras, composto de quinze perguntas, visando analisar os conhecimentos em relação à Educação Ambiental, assim como, as dificuldades que estes sentem em desenvolver uma educação voltada para preservação do meio ambiente na escola.

3.1 Perfil dos entrevistados

Como a presença feminina é muito forte no cenário de educação infantil, todos os entrevistados são do sexo feminino, as professoras que responderam esse questionário trabalham em grande maioria em escolas particulares do estado do Rio de Janeiro, três delas lecionam na Escola Parque, famoso pelo seu método construtivista de ensino com grande apelo às questões ambientais; uma professora do colégio Notre Dame, unidade Ipanema, instituição de ensino que utiliza o método tradicional de ensino associado a uma educação religiosa; Com exceção de uma professora que leciona aulas no ensino Normal no Colégio Estadual Júlia Kubitschek. Essa professora não mais leciona aulas na EI, mas tem sua importante participação nessa entrevista por estar preparando normalistas que desenvolveram ou não o tema em suas salas de aula.

A faixa etária delas é de 28 a 41 anos de idade e a maioria possuía mais de dez anos de magistério em Educação Infantil. Todas as entrevistadas possuem formação em Pedagogia, com exceção de uma professora que possui a sua formação em Psicologia após ter feito Curso Normal e é especializada em Educação Infantil.

Os professores da rede pública de ensino que foram convidados a participar da pesquisa demonstraram desconforto e desinteresse no tema, não enviando as respostas solicitadas, portanto a participação desse grupo é pequena ou nula.

O nome dos entrevistados não será revelado e seus nomes serão substituídos pelas letras A, B, C, D, e E.

3.2 Visões, opiniões e formação docente em EA

A pergunta número cinco do questionário começa com um pedido de maneira bem clara: O que é Educação Ambiental para você? Uma pergunta que exige uma resposta subjetiva e que não pretende utilizar termos já utilizados para tal definição.

Nas respostas foi possível perceber um certo desconforto com o tema, passando a impressão de não saber exatamente o que significa ou nunca ter se questionado sobre o assunto; as professoras **A** e **D**, por exemplo, não responderam a questão conforme solicitado, a primeira limitou-se a conceituar a EA como parte da formação global da criança e a segunda ao invés de responder contou da sua experiência pessoal como montanhista, deixando transpassar que tal experiência significa para ela estar atrelada a ter conhecimentos ambientais.

A professora **B** acredita ser “*Algo essencial ao ensino*” que contribui na “*Formação de futuros cidadãos conscientes e participativos*”; A professora E resumiu como: “*É além de tudo a preocupação com o meio ambiente*”, as respostas dadas demonstram que mesmo para professores com um bom tempo de magistério a EA ainda é um assunto novo, pouco discutido e trabalhado. A professora **D**, no entanto, demonstrou uma maior conscientização no assunto:

“É uma educação em relação aos valores de preservação e sustentabilidade do ambiente natural e social que vivemos”

Sua afirmação indica que tenha conhecimentos prévios referentes ao tema. Na mesma questão é solicitado que indiquem quais as fontes de estudo e experiências relacionadas ao tema que seriam, entre elas, “*Fontes confiáveis na internet*” e livros cujo nome não foi dado. A professora **A** considera que seus conhecimentos são advindos juntos com as possibilidades de acompanhar aulas dadas por professores de ciências naturais nas escolas em que trabalha, pois de acordo com ela essas escolas agregam valores ambientais.

A professora **C** falou vagamente que possui experiência diária na prática pedagógicas com os alunos, sem revelar nenhuma atividade de sua rotina relacionada ao tema. A professora **D** usou como experiência e fonte de conhecimento a sua participação em um projeto de reflorestamento do pão de açúcar e da floresta da tijuca.

Muito embora as professoras demonstrem valorizar a inserção da EA no currículo da EI, os relatos da valorização em suas práticas não parecem ter a mesma consistência. Acredita-se desta forma que as professoras não estão preparadas para inserir a EA nas suas disciplinas em caráter interdisciplinar, conforme rege a legislação pertinente.

Ao serem questionadas sobre a diferença que poderia ter feito em suas vidas, pensamentos e atitudes, caso durante a infância tivessem tido aulas de Educação Ambiental, teriam uma melhor relação com o meio ambiente todas disseram que acreditam que sim e a professora **B** ainda completou:

Acredito que sim, pois teria tido a oportunidade de explorar, observar e respeitar ainda mais o meio ambiente, construindo conceitos de maneira muito mais significativa e enriquecedora do que através apenas de livros.

Na opinião das professoras entrevistadas a maioria acredita que as aulas de EA deveriam ser dadas por especialistas no assunto, mesmo que aliados a professores de educação infantil, o que aponta para a falta de preparação que as próprias sentem para trabalhar o assunto em sala de aula. A professora **B** acredita que qualquer professor com a devida orientação no assunto poderia ministrar uma aula de EI. Já a visão da professora **E** abrange um pouco mais o espaço escolar:

“Todos os profissionais de uma escola, já que se trata de uma proposta interdisciplinar.”

Na questão número treze todas afirmaram se sentir preparadas para desenvolver ações de educação ambiental com alunos da educação infantil, mesmo aquelas que disseram que quem deveria ministrar as aulas eram especialistas, a única que manteve o seu argumento coerente nesse sentido foi a professora **C** que completou a sua resposta:

“Sim, mas é necessário apoio de um educador ambiental.”

É preciso considerar todas as exigências feitas aos professores durante o período letivo como projetos, relatórios individuais de cada aluno, planos de aula e falta de incentivo a esse tipo de tema para compreender o afastamento e até mesmo medo dos profissionais de terem que acrescentar voluntariamente mais um tipo de conscientização no seu dia a dia com os alunos.

3.3 Ações práticas da EA na EI.

Sobre o papel da EI na promoção dos processos da EA no Brasil todas as professoras concordaram com a sua elevada importância. As professoras **A** e **C** classificaram como fundamental na formação do ser humano crítico que começa na infância.

“Elas vão crescendo com uma mentalidade arraigada e, com isso, buscam mudar o que não concordam”

Professora **A**

A professora **B** acredita que a criança possui uma predisposição a aprender através da experimentação e transmite aos adultos mais próximos a riqueza dos seus estudos e descobertas, concordando com a professora **D** que acrescentou a criação de hábitos na infância. Já a professora **E** resumiu apenas como a base de tudo.

Na pergunta número oito se questiona a crença de que a EA inserida nos currículos escolares promoveria transformações na sociedade. Todas as professoras acreditam nessa transformação. Algumas acrescentaram as suas respostas suas opiniões pessoais a respeito:

“Sim, porque as crianças levarão esses conhecimentos para a vida adulta, além de compartilharem seu aprendizado com outras pessoas.”

Professora **B**

“Com certeza! Quando o adulto vê a criança tendo um olhar de cuidado com a água, por exemplo, automaticamente, ele acaba repensando nas suas atitudes, em relação ao desperdício. O mesmo acontece com o lixo e a reciclagem de material.”

Professora **D**

“Em parte sim, pois não é papel somente da escola, mas sim das famílias, como um todo. A escola ajuda, mas não poderá fazer tudo. A

conscientização nas famílias, na sociedade também ajuda. Uma depende da outra.”

Professora **E**

De acordo com as respostas dadas pelas professoras entrevistadas na questão dez a EA está inserida no currículo de todas as escolas em que trabalham, porém na escola das professoras **A**, **B** e **C** o conteúdo é dado não só pelo professor da turma como por um profissional especializado de 15 em 15 dias.

As ações promovidas em sala de aula envolvendo o tema são baseadas em ações voltadas para a prática cotidiana de costumes ecologicamente corretos como reciclagem, economia de água e energia, reflexões para mudanças na maneira de pensar e agir, entre outras atitudes voltadas ao pensamento ecológico mais responsável.

“Ao lavar a mão, abrir pouco a torneira. Mutirão para recolher o lixo dos adolescentes no pátio e depois levar o lixo recolhido para que os jovens se conscientizem que estão poluindo o colégio. Reaproveitar os papéis utilizados na sala e desligar o ar condicionado e a luz quando saímos da sala de aula para outro espaço.”

Professora **D**

A pergunta número doze pretende saber as temáticas selecionadas para desenvolver ações de EA na EI. A professora **A** tem a escola como guia na decisão de quais assuntos serão abordados. A professora **B** utiliza as dúvidas que surgem ao longo dos projetos em andamento. As professoras **C** e **E** responderam de forma detalhada:

“Abordo os temas: preservação, Sustentabilidade, Cuidados, Economia de materiais e energia.”

Professora **C**

“Meio ambiente e sustentabilidade.”

Professora **E**

Sobre a possibilidade de desenvolvimento de atividades de EA na EI todas as professoras foram unânimes na possibilidade positiva. A professora **D** acrescentou:

“Sim! Embora veja que a escola disponibilizar o mesmo tempo de formação para as outras questões como bullying e inclusão. Afinal, o tema é tão importante quanto os outros.”

As respostas sobre a dificuldade do trabalho de EA para a EI foram bem consistentes e relacionadas principalmente a falta de preparo do professor, com exceção da professora **C** que não vê nenhuma dificuldade relacionada ao assunto.

“Muitas vezes, a falta de dinâmica dos professores especialistas, ou mesmo, a falta de conhecimento específico nos professores de Educação Infantil. O ideal é termos as duas qualificações em uma mesma formação, para que mais professores possam ministrar aulas dinâmicas e interessantes aos alunos.”

Professora **A**

“A formação muito superficial que temos na graduação e que faz com que os professores, que não tiveram uma formação continuada, apresentem uma postura muito passiva frente a tantas questões primordiais.”

Professora **B**

“Falta ainda muito para que a educação ambiental seja de fato valorizada, muito se fala, mas poucas instituições dão o devido valor, é muita teoria para pouca prática, muitas escolas não estão preparadas para estudar esse contexto. Acredito, porém, que esse quadro esteja mudando, frente todas as modificações que estamos passando nesse momento, com relação ao planeta Terra.”

Professora **E**

“Acredito que falte uma formação através de palestras com pessoas da área e textos informativos para que despertem nos educadores uma maior sensibilização para o assunto.”

Professora **D**

3.4 Como os Professores Trabalham Educação Ambiental na educação infantil

Podemos perceber que os professores entrevistados possuem diversas dificuldades na hora de promover ações voltadas à EA em suas aulas, principalmente por falta de conhecimento no assunto.

Essa falta de conhecimento é atribuída à falta de relevância do assunto dada em suas formações, falta de interesse individual no assunto e pouca ou nenhuma exigência escolar para abordar o tema.

Foi possível constatar pela análise do questionário com as professoras que a discussão de problemas ambientais na escola, muitas vezes, se reduz à abordagem sobre a disposição do lixo em lugares apropriados e reciclagem, suas definições e etc. Muitas vezes os trabalhos realizados considerados como temas ambientais se reduzem a atividades com reaproveitamento de materiais ou como revelou uma das professoras entrevistadas:

“A que vejo mais eficácia é o mutirão da limpeza do pátio após o recreio. É impressionante como o efeito acontece rápido.”

A resposta se refere à proposta que a professora faz as crianças de limparem o pátio que fica sujo após o lanche do ensino médio e que como consequência traz a tona o sentimento de dever cumprido, após apenas uma tarefa baseada no pensamento do ecologicamente correto, ou seja, da EA conservadora. As crianças apenas recolhem o lixo e isso já é considerado como uma aula de Educação Ambiental.

As atividades com EA se resumem mais em iniciativas individuais despreparadas. A maioria das professoras entrevistadas foi enfática em relatar que a maior dificuldade em trabalhar com o tema em questão é a falta de experiência e formação no assunto.

A responsabilidade de todo educador é de construir por meio da Educação Ambiental uma sociedade comprometida com os problemas ambientais presentes que não comprometa o futuro do Planeta, bem como das próximas gerações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão que gerenciou o estudo foi: quais são as possibilidades e limites que permeiam a inserção e valorização do conteúdo educação ambiental nos currículos escolares da educação infantil?

Deste modo, o objetivo geral deste trabalho foi analisar a presença da educação ambiental na educação infantil e discutir sua urgência atual no currículo escolar deste nível de escolaridade, com a esperança de que os resultados contribuam com o debate acadêmico e com o crescimento de uma população consciente e preocupada com o meio ambiente e a sustentabilidade.

Para tanto, foi realizado uma pesquisa bibliográfica conjugada com um estudo de caso, realizado por intermédio de entrevistas com professores.

Através dos questionários concluiu-se que a maioria dos professores acredita que a EA deve ser inserida no currículo escolar da EI, mas também mostram que as atividades relacionadas a essa temática não parecem ser muito valorizadas. Também foi detectado que os limites para a implementação da EA na EI estão relacionados principalmente à formação dos professores e falta de exigência nas instituições de ensino.

Este trabalho, principalmente a pesquisa bibliográfica, trouxe para mim como professora da EI e defensora da EA, um vasto conhecimento sobre o assunto. Em relação ao estudo de caso percebi a partir das respostas das educadoras que foram entrevistadas que este tema precisa ser mais desenvolvido.

Ciente de que a Educação Ambiental é um processo contínuo que necessita de projetos e cursos de capacitação de professores, para que estes sejam capazes de conjugar alguns princípios básicos da EA aliados a sua proposta pedagógica, considera-se a questão ambiental decisiva para o futuro da humanidade.

O trabalho indica que é preciso inserir neste contexto novas questões e garantir a continuidade das práticas de EA, e também que se promova o envolvimento de todos educadores e alunos no sentido de garantir o cumprimento dos objetivos da EA no contexto escolar. Além disso, é importante que estes tenham o desejo de garantir a sobrevivência das futuras gerações e que se transformem em educadores ambientais em suas casas, juntos aos familiares, vizinhos e outras pessoas de seu convívio.

De acordo com as respostas dadas pelos professores entrevistados, foi percebido que esta população não possui um amplo conhecimento sobre os preceitos da EA, e alguns até mesmo não possuem conhecimento algum, salvo pelo depoimento da minoria que afirma abordar o tema EA em sua aula, mas de forma deficiente por não possuir preparo. Fato que deixa a EA em segundo plano. Cabe aqui então questionar a deficiência da legislação pertinente ao assunto, uma vez que a mesma implanta a lei, mas, no entanto, não capacitam os profissionais que irão trabalhar com a proposta e nem garantem condições de trabalho e estrutura escolar para tanto.

Deste modo, recomenda-se para trabalhos futuro, a necessidade de se implantar cursos de formação de professores para lecionar educação ambiental e ou maior abordagem do assunto na formação dos professores de séries iniciais. Recomenda-se ainda que haja uma reformulação na legislação de modo que seja implantada nos currículos educacionais das licenciaturas e pedagogia, em especial na habilitação educação infantil, uma disciplina específica que trate da EA e da questão ambiental em geral.

Acredita-se que questões como a sustentabilidade, tão discutidas nos tempos atuais, pode ser trabalhada desde a primeira etapa da educação básica, sendo este o ambiente de maior interação, onde as crianças experimentam suas relações com adultos, outras crianças, e o meio na qual fazem parte. Neste contexto, recomenda-se para trabalhos futuros desenvolver pesquisas sobre as vantagens e possibilidades da EA na EI. Uma vez que a educação ambiental, quando desenvolvida de forma adequada para a faixa etária em questão, tem um papel fundamental no conhecimento amplo, integrado e complexo, já que o ser humano faz parte e interage de forma permanente com o meio em que vive.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGENDA 21 - **Conferência nacional das nações unidas sobre o meio ambiente e desenvolvimento** (1992: Rio de Janeiro). Curitiba: IPARDES, 2001. 260 p.
- ALVES, Denise. **Sensopercepção em ações de educação ambiental**. IBAMA/Divisão de Educação Ambiental, Brasília: INEP, n. 7, 2015.
- ANDRADE, Daniel Fonseca. **Implementação da Educação Ambiental em escolas: uma reflexão**. In: Fundação Universidade Federal do Rio Grande. Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, RS: v. 4.out/nov/dez 2014.
- _____. **Educação Ambiental, infância e imaginação**. In.: Quaestio. Revista de Estudos da Educação. V1. Sorocaba SP: Unesco, 1999.
- _____. **Educação ambiental: sobre princípios, metodologias e atitudes**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- BERNA, Vilmar. **Como fazer educação ambiental**. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2014.
- BIZERRIL, Marcelo; FARIA, Dóris. **Percepção de professores sobre a educação ambiental no ensino fundamental**. In: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília, v. 82, n. 200/201/202, p. 57-69, jan./dez. 2011.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **A implantação da Educação Ambiental no Brasil**. Brasília, 1998.<Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/leis/L9394.htm>..> Acesso em 30 set. 2015.
- _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil / Secretaria de Educação Básica**. – Brasília : MEC, SEB, 2010.
- _____. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Básica. Parâmetros Nacionais de Qualidade para a educação infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2006<Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/leis/L9394.htm>..> Acesso em 30 set. 2015.
- _____. Ministério de Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para educação infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998<Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/leis/L9394.htm>..> Acesso em 20 set. 2015.
- _____. Secretaria do Meio Ambiente. **Conceitos para se fazer Educação Ambiental**. São Paulo, 1999. <Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/sp/leis/L9394.htm>..> Acesso em 12 set. 2015.

_____. **Lei nº 9795, de 27 de abril de 1999 que institui a Política Nacional de Educação Ambiental.** Disponível em : <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=321>> Acesso em 10 set. 2015.

CAPRA, Fritjof. **Alfabetização ecológica: O desafio para a educação do século 21.** In. CAPRA, Fritjof. **A teia da vida.** São Paulo: Cultrix, 1999.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico.** São Paulo, Cortez, Coleção Docência em Formação, 2004.

CARVALHO Luiz Marcelo e OLIVEIRA Maira G. **Políticas Públicas de Formação de Professores e de Educação Ambiental: Possíveis Articulações.** Revista Contemporânea de Educação N° 14 – agosto/dezembro de 2012.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação ambiental: princípios e práticas.** São Paulo: Gaia, 2016.

GUATTARI, Félix. **As três ecologias.** Tradução Maria Cristina F. Bittencourt. Campinas: Papirus, 2015.

GUIMARÃES, Daniela. **As manifestações infantis e as práticas.** Texto produzido para a participação no III Seminário de Educação Infantil da AFASC: Refletindo as questões atuais da Educação Infantil. Criciúma – SC, 2012.

GUIMARÃES, Mauro. **A dimensão ambiental na educação.** 3ª Ed. Campinas, São Paulo: Papirus, 1995.

KUHLMANN JR, Moysés. **Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica.** Porto Alegre: Mediação, 2014.

LOUREIRO, C. F. **Fundamentos da educação ambiental: retomando o debate. Trajetória e fundamentos da educação ambiental.** São Paulo: Cortez, 2004. P18-55

O Futuro que queremos. Cartilha ilustrada sobre economia verde, desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais- INPE *Meio Ambiente - A Lei em Suas Mãos.* Neves e Tostes, 1992).

LOUREIRO, C. F. **APOSTILA: O que queremos quando fazemos educação ambiental?" da disciplina Educação Ambiental,** 2014.

MEDINA, Naná Minninni. **Educação ambiental: Uma nova perspectiva. Série Cadernos Pedagógicos.** Cuiabá: Secretaria Municipal de Educação e Universidade Federal do Mato Grosso, 2007.

OLIVEIRA, Carmen Roselaine de Farias. **Ensino das Ciências Biológicas.** Tese de doutorado em educação do Departamento de Biologia da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) na Área de Ensino das Ciências Biológicas. 2014.

- ROSSETTI, Victor. **Percepção socioambiental como ferramenta da educação ambiental emancipatória: estudo de caso do borboletário de Osasco**. Dissertação (Pós-Graduação). Centro Universitário FIEO. 2010. <http://monografias.brasilecola.com/biologia/a-degradacao-meio-ambiente.htm> acesso em 02/03/2015
- TIRIBA, Léa. **Crianças, natureza e educação infantil** Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Educação Rio de Janeiro : PUCRio, 2006.
- VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ANEXOS

Questionário:

1. Qual é a sua idade?
2. Há quanto tempo você trabalha com Educação Infantil?
3. Em que instituição escolar você trabalha com Educação Infantil?
4. Que formação você tem para trabalhar com Educação Infantil?
5. Explique o que é Educação Ambiental para você? Quais são as suas fontes de estudo em relação ao assunto? Já teve alguma experiência relacionada ao tema?
6. Você acredita que se tivesse tido aulas de Educação ambiental na sua infância seu modo de pensar e interagir com o meio ambiente seria diferente?
7. Qual o papel da Educação Infantil na promoção de processos de Educação Ambiental no Brasil?
8. Você acredita que a Educação Ambiental inserida nos currículos escolares da Educação Infantil pode promover transformações na sociedade?
9. Em sua opinião, quem deveria ser responsável pelas atividades de Educação Ambiental para a Educação Infantil?
10. A educação Ambiental está inserida no currículo de Educação Infantil da escola onde você trabalha?
11. Que ações de Educação Ambiental você promove em sala de aula?
12. Quais as temáticas você seleciona e aborda para desenvolver ações de Educação Ambiental na Educação Infantil?
13. Você se sente preparado para desenvolver ações de Educação Ambiental com os alunos da Educação Infantil?
14. Você acha possível desenvolver atividades de Educação Ambiental na Educação Infantil?
15. Que dificuldade você aponta sobre o trabalho de Educação Ambiental para a Educação Infantil?

Respostas dadas pelos professores

Professora A
1- 35 anos
2- Desde 2003. Há 12 anos letivos sou professora.
3- Escola Parque (atualmente no 1º. Ano do Ensino Fundamental).
4- Curso Normal – Projeto Crescer, Graduação em Psicologia e Especialização em Educação Infantil.
5-Trabalhamos com a formação global da criança pequena, portanto não podemos segmentá-la em diferentes nichos de conhecimento. Nessa idade, a criança apreende de modo interligado, não há segmentação entre as diferentes áreas de conhecimento. Entretanto, as aulas específicas de Educação Ambiental, ministradas por profissionais especialistas, acredito serem importantes para dar um olhar mais concreto e real, focado nas Ciências Naturais. Na própria Escola Parque, assim como em outra escola que trabalhei anteriormente, já pude participar de aulas ministradas por especialistas nas Ciências Naturais, com equipes de projeto terceirizado. As crianças percebem o conhecimento prévio dos especialistas e, quando eles agregam uma boa dinâmica, as aulas são produtivas e as crianças conseguem assimilar os conceitos científicos de modo natural e vivenciando esses conceitos na prática.
6-Provavelmente sim. De fato, meu olhar sobre o meio ambiente mudou bastante quando entrei para a Escola Parque, que tem como filosofia o respeito ao meio ambiente e a educação ambiental como importantíssimo norte de trabalho com os alunos.
7- Acredito que a Educação Infantil tem papel fundamental em qualquer tipo de promoção da Educação, não só na Educação Ambiental. Para promover uma mudança em qualquer sociedade, especialmente no Brasil, é imprescindível que se comece pelas

crianças pequenas. Elas vão crescendo com uma nova mentalidade arraigada e, com isso, buscam mudar o que não concordam.
8- Sem dúvida. Com relação à Educação Ambiental, ainda é acrescido o caráter de urgência.
9- Professores especialistas na área de biologia, mas com formação também em didática e dinâmicas em Educação Infantil.
10- Sim. Com professores especialistas nas séries de Educação Infantil e com assessoria especialista com os professores do Ensino Fundamental.
11- Tratamento do lixo, uso e reuso de materiais, controle de água e energia, por exemplo.
12- São temáticas pensadas e debatidas entre a equipe pedagógica e também na própria gestão da escola, de modo a envolver vertical e horizontalmente todos os alunos.
13- Sim. Como havia dito, meu olhar sobre a Educação Ambiental mudou ao entrar na Escola Parque, e já me sinto completamente tomada por esse olhar para um mundo sustentável.
14- Sim, claro. Não só é possível, como fundamental. As crianças internalizam completamente a maneira sustentável de agir sobre o mundo.
15- Muitas vezes, a falta de dinâmica dos professores especialistas, ou mesmo, a falta de conhecimento específico nos professores de Educação Infantil. O ideal é termos as duas qualificações em uma mesma formação, para que mais professores possam ministrar aulas dinâmicas e interessantes aos alunos.

Professora B

1- 28 anos

2- Há seis anos
3- Na Escola Parque, com crianças de cinco á seis anos.
4- Licenciatura e Bacharel em Pedagogia, UERJ.
5- Entendo a Educação Ambiental como algo essencial ao ensino, através da transmissão destes conceitos pode-se ampliar, desde cedo, o olhar das crianças para a formação de futuros cidadãos muito mais conscientes e participativos, que tenham uma postura sustentável, fundamental à preservação do planeta e consequentemente, fundamental à nossa existência. Na faculdade tive poucas disciplinas que apresentaram o assunto, sempre busquei estar informada, procurando fontes confiáveis na internet.
6- Acredito que sim, pois teria tido a oportunidade de explorar, observar e respeitar ainda mais o meio ambiente, construindo conceitos de maneira muito mais significativa e enriquecedora do que através apenas de livros.
7- Na infância percebemos uma predisposição muito grande em aprender através da experimentação, as crianças pequenas são muito curiosas e atentas e percebem coisas que nós, adultos, estamos acostumados a ignorar, em um mundo em que diariamente precisamos elencar “prioridades”; assim são esses pequenos olhares, repletos de encantamento, que vão chegar no Ensino Fundamental e Médio, além de transmitir, aos adultos mais próximos, a riqueza de seus estudos e descobertas.
8- Sim, porque as crianças levarão esses conhecimentos para a vida adulta, além de compartilharem seu aprendizado com outras pessoas.
9- Os diversos professores, desde que com a devida orientação.

10-	Sim, além do que já é trabalhado naturalmente por todos os professores, as crianças tem, quinzenalmente, aulas com uma equipe de biólogos que possibilitam diversas experimentações, muito enriquecedoras.
11-	Promovo muitos diálogos com as crianças, através dos quais busco possibilitar reflexões sobre sustentabilidade, redução de resíduos, reciclagem, cuidados com a flora e a fauna, alimentação saudável, entre outras. As temáticas dependem um pouco do grupo/série de trabalho, além dos projetos vivenciados pela escola.
12-	Embora algumas dúvidas surjam ao longo dos projetos, temos na escola um ambiente bastante produtivo, no qual podemos aprender juntos, saindo da postura de “detentores do saber” em prol da construção coletiva, na qual somos, em muitos momentos, aprendizes, junto da equipe, dos pais e, principalmente, junto das crianças.
13-	sim
14-	sim
15-	A formação muito superficial que temos na graduação e que faz com que os professores, que não tiveram uma formação continuada, apresentem uma postura muito passiva frente à tantas questões primordiais.

Professora C	
1-	40 anos
2-	15 anos

3- Escola Parque(crianças entre três á quatro anos)
4- Curso normal. Pedagogia. Pós graduação em educação infantil.
5- É uma educação em relação aos valores de preservação e sustentabilidade do ambiente natural e social que vivemos. Minha experiência é diária. Em minha prática pedagógica em sala de aula.
6- Sim, com certeza.
7- Tem um papel fundamental. Pois a formação do ser humano pensante e crítico e consciente se inicia na infância
8- Sim, sem sombra de dúvidas.
9- Acredito que as aulas deveriam ser dadas por professores especialistas em educação ambiental aliados aos professores de educação infantil.
10-Sim
11-Atividades como observação e preservação do ambiente natural da escola. Ações de sustentabilidade dos bens comuns à todos.
12-Abordo os temas: preservação,Sustentabilidade,Cuidados, Economia de materiais e energia.
13-Sim, mas é necessário apoio de um educador ambiental.
14-Sim
15-Nenhuma

Professora D
1- 41 anos

2- 21 anos
3- Colégio NotreDame
4- Estudos adicionais (antigo complemento do Curso Normal, Pedagogia, Especialização em Educação Infantil).
5- Por ser Montanhista há 10 anos, tenho um olhar diferenciado para as questões ambientais, preservação da natureza. Participo de projetos de Reflorestamento do Pão de Açúcar e Floresta da Tijuca. Parto do princípio que é o dever de todo o cidadão que utiliza a Natureza para o seu lazer e sua filosofia de vida.
6- Com certeza! Conforme respondi acima, passei a ter um cuidado maior com o meio ambiente por uma experiência pessoal. Não é o privilégio de todos os educadores.
7- Acredito que as crianças pequenas começam a criar os hábitos. Ao conscientizá-las, podemos fazer com que ela modifique as atitudes de seus familiares. Futuramente, serão os adolescentes e adultos mais conscientes em relação ao mundo que os cercam.
8- Com certeza! Quando o adulto vê a criança tendo um olhar de cuidado com a água, por exemplo, automaticamente, ele acaba repensando nas suas atitudes, em relação ao desperdício. O mesmo acontece com o lixo e a reciclagem de material.
9- Os próprios professores com apoio de órgãos como IBAMA e Comlurb. Poder contar com biólogos também seria uma boa estratégia.
10-Sim! Existe projetos como o Vik Muniz que nos trás a arte através da transformação do lixo. As sucatas são muito reutilizadas, transformadas em brinquedos ou materiais didáticos. O Universo de histórias infantis com a temática ecológica aumentou ao longo dos anos, o que facilitou o enriquecimento dos projetos.
11- Ao lavar a mão, abrir pouco a torneira. Mutirão para recolher o

lixo dos adolescentes no pátio e depois levar o lixo recolhido para que os jovens se conscientizem que estão poluindo o colégio. Reaproveitar os papéis utilizados na sala e desligar o ar condicionado e a luz quando saímos da sala de aula para outro espaço.
12-A que vejo mais eficácia é o mutirão da limpeza do pátio após o recreio. É impressionante como o efeito acontece rápido.
13-Sim! Por ser um tema que eu, particularmente, me interesse e estou sempre buscando informações e palestras que discutam o assunto.
14-Sim! Embora vejo que a escola disponibilizar o mesmo tempo de formação para as outras questões como bullying e inclusão. Afinal, o tema é tão importante quanto os outros.
15-Acredito que falte uma formação através de palestras com pessoas da área e textos informativos para que despertem nos educadores uma maior sensibilização para o assunto.

Professora E
1- 36 anos
2- 5 anos
3- CEJK
4- Pós-graduação
5- É além de tudo a preocupação com o meio ambiente através de um estudo aprofundado sobre o tema. Livros e internet, principalmente. Sim.
6- Sim
7- A educação infantil é a base de tudo, formando desde cedo crianças conscientes com o meio ambiente e com os cuidados com o planeta, estaremos formando cidadãos melhores e mais participativos no futuro, no que diz respeito à educação

ambiental.
8- Em parte sim, pois não é papel somente da escola, mas sim das famílias, como um todo. A escola ajuda, mas não poderá fazer tudo. A conscientização nas famílias, na sociedade também ajuda. Uma depende da outra.
9- Todos os profissionais de uma escola, já que se trata de uma proposta interdisciplinar.
10- Sim
11- Ações voltadas para a prática, mudando a maneira de pensar e de agir dos alunos.
12- Meio ambiente, sustentabilidade.
13- Sim
14- Sim
15- Falta ainda muito para que a educação ambiental seja de fato valorizada, muito se fala, mas poucas instituições dão o devido valor, é muita teoria para pouca prática, muitas escolas não estão preparadas para estudar esse contexto. Acredito, porém, que esse quadro esteja mudando, frente todas as modificações que estamos passando nesse momento, com relação ao planeta Terra.